

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
BACHARELADO EM ODONTOLOGIA**

DANILO DE ALMEIDA TENÓRIO

**CARACTERIZAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR: ODONTOLOGIA PARA
PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, NOS CURSOS DE
ODONTOLOGIA DO ESTADO DA PARAÍBA**

PATOS-PB

2017

DANILO DE ALMEIDA TENÓRIO

**CARACTERIZAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR: ODONTOLOGIA PARA
PACIENTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS, NOS CURSOS DE
ODONTOLOGIA DO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Odontologia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Odontologia.

Orientadora: Prof. Msc. Elizandra Silva da Penha.

PATOS-PB

2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO CSRT DA UFCG

T289c

Tenório, Danilo de Almeida

Caracterização do componente curricular: odontologia para pacientes com necessidades especiais, nos cursos de odontologia do estado da Paraíba / Danilo de Almeida Tenório. – Patos, 2017.

39f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Odontologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Saúde e Tecnologia Rural, 2017.

"Orientação: Profa. Msc. Elizandra Silva da Penha".

Referências.

1. Odontologia - Educação. 2. Assistência odontológica. 3. Pessoas com deficiência. I. Título.

CDU 616.314-084

DANILO DE ALMEIDA TENÓRIO

**CARACTERIZAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR: ODONTOLOGIA PARA
PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, NOS CURSOS DE
ODONTOLOGIA DO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Odontologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, como parte do requisito para obtenção do título de Bacharel em Odontologia.

Aprovado em: 05/04/2017

BANCA EXAMINADORA

Elizandra S. da Penha

Profª.Msc. Elizandra Silva da Penha– Orientadora

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Fátima Roneiva Alves Fonseca

Profª. Drª. Fátima Roneiva Alves Fonseca– 1º Membro

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Gymenna Maria Tenório Guênes

Profª.Drª. Gymenna Maria Tenório Guênes – 2º Membro

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ter sido tão generoso comigo todo esse tempo, aos meus pais e avós que por muitas vezes abdicaram das regalias que a vida poderia lhes oferecer para que o meu sonho fosse realizado.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora, por serem minha fortaleza e refúgio nos momentos difíceis da graduação.

Aos meus pais Lindolfo e Patrícia, por me prepararem para o mundo e para a vida, sempre acreditando nos meus sonhos e fazendo o possível para que eles se realizassem. Provavelmente não serei tudo o que vocês sonharam, mas quanto ao caráter e em relação à minha profissão não vos decepcionarei. Amo vocês.

Aos meus avós Antônio, Angelita, Francisco e Maria do Carmo (in memoriam). Muito obrigado por cuidarem tão bem de mim, por acreditarem no meu sonho e investirem nele. Essa conquista tem um pedaço de cada um de vocês. À minha vó Maria do Carmo, perdê-la tão cedo foi um marco em minha vida, mas tenho certeza que estás feliz e orgulhosa.

Aos meus irmãos (Filipe e Eduardo), tios e tias (Alberto, André, Liliane, Magali e Virgínia) e primos (Gabriel, André, Nando, João Vitor, Rafaela), muito obrigado por todo carinho, atenção, preocupação e ajuda durante toda a vida. Vocês são essenciais pra mim. Agradeço a compreensão nos momentos de ausência.

Aos amigos que Deus colocou para ser minha família escolhida por Ele, em especial Felipe, Jullyanne e Elgtha. Obrigado por sempre estarem comigo apoiando e aconselhando em todos os momentos de minha vida.

Aos amigos e colegas de turma, em especial Ana Amélia, Brenda, Diego, Ivanildo, Kyara, Leidilane, Luana, Marília e Monise por todos os momentos de alegria e angústias compartilhados. Agradeço também à amiga e dupla de clínica Iana pelos momentos de paciência e sabedoria transmitidos no crescimento do nosso saber durante a graduação.

Aos irmãos do Tito Nunes Ari, Luis, Anderlon, Talisson, Diobson, Aldo, Rafael, Marcus, Hamandinha, Pually e Kley. Os momentos aqui vividos nunca serão esquecidos e tenho certeza que a amizade perdurará pelo resto da vida.

Aos pacientes pela confiança depositada em minhas mãos.

À minha orientadora profa. Elizandra pela ajuda e sabedoria transmitidas durante a realização deste trabalho. Agradeço também por ter me convidado e dado a oportunidade de participar de um grupo de pesquisa durante a graduação.

Aos professores que exerceram a sua profissão com maestria, transmitindo não apenas o conhecimento, mas nos preparando para a vida e para o futuro profissional. Levarei um pouco de cada um de vocês para a minha vida.

RESUMO

A regulamentação da especialização em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais surgiu através da resolução 25/2002 do Conselho Federal de Odontologia (CFO). De acordo com a lei nº 9.394/96 os cursos de graduação possuem autonomia didático-científica para estabelecer sua programação curricular. Dessa forma, a disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais (PNE) poderá ou não estar presente na matriz curricular dos cursos de Odontologia. O objetivo da pesquisa foi caracterizar a disciplina de PNE nos cursos de Odontologia do estado da Paraíba. Trata-se de um estudo transversal de abordagem quantitativa. Um formulário foi produzido e as informações foram coletadas através dos sites oficiais dos cursos. De 11 cursos, foi possível coletar informações de 9 faculdades. Em 6 delas a disciplina estava presente e a nomenclatura variava de uma faculdade para outra. A oferta da disciplina foi obrigatória em 100% dos cursos e em 5 a apresentação era teórico/clinica, sendo que em apenas 1 não constava informação. Dois cursos disponibilizavam a disciplina no 8º e 9º semestre e a carga horária média de todas as disciplinas foi de 62,2h. Em 50% as disciplinas tinham conexão com outras e em 60% funcionavam de maneira independente. Foi possível concluir que, na Paraíba, boa parte das faculdades oferece a disciplina em sua grade curricular, porém ainda há algumas que necessitam incluir a disciplina de PNE em seus cursos de graduação em Odontologia.

Palavras-Chave: Educação em Odontologia. Pessoas com Deficiência. Assistência Odontológica para Pessoas com Deficiência.

ABSTRACT

The regulation of the specialization in Dentistry for the Handicapped emerged through resolution 25/2002 of the Federal Dentistry Council. According to law 9.394/96, undergraduate courses has a didactic-scientific autonomy to establish their curricular programming. Thus, the discipline of Dentistry for the Handicapped may or not be present in the curricular grade of Dentistry courses. The objective of the research was to characterize the discipline of Dentistry for the Handicapped in courses of the State of Paraíba. This is a cross-sectional quantitative study. A form was produced and information was collected through the official courses website. Of the total 11 courses, it was possible to collect information from 9 upper-level schools. In six of them the discipline was present and the nomenclature varied from one faculty to another. The offer of the course was compulsory in 100% of the courses and in 5 the presentation was theory/ clinical, and in only 1 did not include information. Two courses provided the discipline in the 8th and 9th semester and the average time load of all subjects was 62.2h. In 50% the subjects had connections with others and in 60% they worked independently. It was possible to conclude that, in Paraíba, most of the faculties offer the discipline in them curriculum, but there are still some that need to include the Handicapped discipline in them undergraduate courses in Dentistry.

Key-Words: Education, Dental. Handicapped. Dental Care for Handicapped.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1- Distribuição da presença da disciplina de PNE nos cursos de Odontologia no estado da Paraíba em 2016..... **34**

Quadro 1- Distribuição da nomenclatura, maneira que é ofertada e em qual semestre estão disponíveis as disciplinas de PNE nas graduações de Odontologia no estado da Paraíba em 2016..... **35**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEOs	Centros de Especialidades Odontológicas
CES	Câmara de Educação Superior
CFO	Conselho Federal de Odontologia
CNE	Conselho Nacional de Ensino
CPO-D	Índice de Dente Cariados, Perdidos e Obturados
DAB	Departamento de Atenção Básica
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
IADH	International Association of Dentistry for the Handicapped
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
PNE	Pacientes com Necessidades Especiais
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPNE	Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais
RCPD	Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência
SUS	Sistema único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde

LISTA DE SÍMBOLOS

%	Por Ciento
n	Número
H	Hora
®	Marca Registrada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 TERMINOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DOS PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	14
2.2 A ODONTOLOGIA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	15
2.3 O ENSINO DA ODONTOLOGIA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	17
REFERÊNCIAS.....	20
3 ARTIGO.....	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
APÊNDICE A – FORMULÁRIO.....	37
ANEXO A – DESCRIÇÃO DO ESTILO DE FORMATAÇÃO DA REVISTA ABENO	38

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Campos et al., (2009) são considerados Pacientes com Necessidades Especiais (PNE) indivíduos que possuem uma alteração ou condição, temporária ou definitiva, simples ou complexa, de origem física, mental, biológica, social ou de comportamento. Esses pacientes necessitam de uma abordagem diferenciada, seguindo um protocolo exclusivo para o seu atendimento.

A Odontologia por ser uma ciência que aborda diversas áreas de atuação, apresenta um ensino que conseqüentemente torna-se complexo. O desenvolvimento das habilidades dos graduandos deve estar em sinergia com os métodos educativos, proporcionando a formação generalista, humanista e ética, permitindo o futuro cirurgião-dentista atuar em todos os níveis de atenção a saúde. Dessa forma, é papel do professor, durante o ensino da Odontologia, orientar o aluno a sempre estar buscando conhecimentos teóricos para que o mesmo possa realizar uma boa prática clínica tornando-o capaz de cumprir sua função social frente ao atendimento humanizado, sem privilégios ou qualquer tipo de discriminação (TAKEMOTO; WERLANG; ZENI, 2015).

A lei de nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, no seu artigo 53, assegura que as instituições de ensino superior, incluindo a graduação em Odontologia, estabeleçam a programação curricular de cada curso, garantindo a sua autonomia didático-científica (BRASIL, 1996). Porém, a resolução 3 estabelecida pela Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação(CNE) no seu artigo 6º determina os conteúdos essenciais a serem abordados durante a graduação. Entretanto, o tema relacionado à pacientes especiais não é citado. Sendo assim, cabe ao curso optar em ter ou não essa disciplina em sua grade curricular (BRASIL, 2002).

Santos e Hora (2012) realizaram pesquisa no qual observaram que os acadêmicos de odontologia relataram a importância e necessidade em ter a disciplina de PNE sendo abordada durante a graduação e que a ministração desse tema é de elevada importância para o conhecimento do futuro profissional. Observou-se também um grande interesse dos graduandos em estudar mais sobre esses pacientes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo demográfico de 2010 mostrou que no total de 3.766.528 residentes na Paraíba, cerca de

1.045.962 (27,7%) da população possui pelo menos um tipo de deficiência permanente, seja ela visual, auditiva, motora ou mental/intelectual (BRASIL, 2010). Apesar da demanda elevada, o tratamento de Pacientes Especiais ainda é considerado um desafio pela pouca quantidade de profissionais habilitados tanto no serviço público como no privado, por questões socioeconômicas e a falta da interação da equipe médica que acompanha o paciente e a equipe odontológica. Conseqüentemente, por esses motivos, o estado de saúde bucal desses pacientes torna-se bastante agravado (MARRA; MIASATO, 2008).

Frente ao apresentado e a necessidade das universidades formarem cirurgiões-dentistas generalistas, humanistas e que estejam preparados para atender sem discriminação ou privilégios, este trabalho visa pesquisar cursos de odontologia da Paraíba, tanto os privados quanto os públicos, no tocante a caracterização da disciplina de PNE, verificando inclusive se há oferta ou não na grade curricular.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TERMINOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DOS PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Há bastante tempo que os indivíduos com necessidades especiais vêm sendo mencionados na história e a conduta atual já não é mais a mesma que antigamente. Com o passar dos anos a terminologia “paciente excepcional”, que incluía pessoas com variados níveis de comprometimento mental ou físico, foi substituída por “Paciente Especial” por esta ser mais abrangente incluindo outras alterações além das deficiências intelectuais e físicas (SABBAGH-HADDAD, 2007).

Os PNE são aqueles que necessitam de cuidados especiais por tempo indeterminado ou por parte de sua vida. O seu tratamento odontológico dependerá do controle ou eliminação das dificuldades existentes em função de uma ou mais limitações (GUEDES-PINTO, 1997).

De acordo com o decreto nº 5.296, no Brasil, é considerada deficiência quando o indivíduo possui perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, anatômica ou fisiológica que gerem limitação ou incapacidade de execução de atividades consideradas normais para o ser humano. Neste incluem os deficientes físicos, auditivos, visuais, mentais ou deficiências múltiplas, que seria a associação de duas ou mais deficiências. Assim permanece até a atualidade sem alterações (BRASIL, 2004).

Mugayar (2000) define PNE como todo indivíduo que apresenta algum desvio de normalidade, identificável ou não, e que, devido a essa condição, necessita de cuidados e abordagem especial por um determinado período de sua vida ou indefinitivamente.

Segundo a International Association of Dentistry for the Handicapped (IADH) a classificação dos Pacientes Especiais é dada através dos comprometimentos e/ou áreas comprometidas pela patologia no indivíduo. Desta forma tem-se 10 grupos: desvio da inteligência (superdotado, infradotado, deficiência mental); defeitos físicos (paralisia cerebral, distrofia muscular progressiva, entre outros); defeitos congênitos (Síndrome de Down, Patau, Turner, e várias outras); desvios comportamentais (autismo, medo, ansiedade); desvios psíquicos (psicose e neurose); deficiência sensorial e de audiocomunicação (deficiência visual, auditiva e da fala); desvios

sociais (alcólatras e toxicômanos); estados fisiológicos especiais (gestantes e pacientes geriátricos); distúrbios endócrino-metabólicos (hiper ou hipofunção das glândulas, hipofunção do pâncreas) e doenças sistêmicas crônicas (hemopatias, cardiopatias, AIDS, nefropatia, neoplasia e transtorno convulsivo) (MONTEIRO, 2002).

A Organização Mundial de Saúde (2012), em seu Relatório Mundial Sobre a Deficiência, enfatiza que é essencial readaptar a sociedade para inclusão das pessoas com deficiências, pois a deficiência deve ser vista como uma condição humana e, dessa forma, todas as pessoas, em algum momento da vida, terão algum tipo de deficiência mesmo que temporária, principalmente no envelhecimento.

2.2 A ODONTOLOGIA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Profissionais da saúde, incluindo os cirurgiões-dentistas, na metade do século XX, começaram a se dedicar ao estudo e atendimento dos PNE, denominados naquele tempo de “pacientes excepcionais”. No Brasil, o atendimento odontológico a esse grupo de pessoas ainda é ineficiente, contando com o apoio de grupos isolados (SABBAGH-HADDAD, 2007). Corroborando com essa afirmação, Rocha (2012) entrevistou 204 PNE do município de Fortaleza e detectou que 107 (52,5%) não procuram o serviço odontológico, dos que buscam 74 (76,3%) encontram dificuldade para receber atendimento odontológico nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 82 (84,5%) só procuram atendimento em caráter de urgência.

Moretto, Aguiar e Alves Rezende (2014) afirmam que é necessário um acompanhamento desde cedo dos PNE, de forma que as medidas de prevenção, principalmente as de educação em saúde, possam instruí-los e a seus familiares e acompanhantes para que haja uma melhoria nas condições de saúde bucal. A abordagem precoce favorece a estimulação da higiene bucal tanto para os pacientes como para os pais e/ou cuidadores que realizarão essa tarefa. Portanto a Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (OPNE) tem como objetivo melhorar a qualidade de vida do indivíduo e da família envolvida.

O último censo de 2010 do IBGE revelou que cerca de 23,9% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência física, motora, auditiva ou mental/intelectual (BRASIL, 2010). Estima-se que a prevalência de indivíduos com deficiência no mundo é de uma a cada dez pessoas. Os PNE deparam-se com

disparidades na saúde em relação aos indivíduos ditos como “normais”. A saúde bucal nesse grupo de pacientes é, em muitos casos, precária e seu acesso a tratamento odontológico é limitado. Garantir a disponibilidade e conhecimento por parte desse grupo é fundamental para melhorar o acesso aos serviços de assistência odontológica (OMS, 2012).

O atendimento clínico odontológico dos PNE requer alteração de atitude por parte do cirurgião-dentista, com intuito de obter a cooperação do paciente durante o tratamento. A multidisciplinaridade com outros profissionais, como fonoaudiólogos e fisioterapeutas, favorece ao cirurgião-dentista um menor desgaste durante o atendimento clínico além de um maior conforto ao paciente no momento do tratamento (PALMA et al., 2013).

Para Guerra et al. (2014) o atendimento odontológico pode ser entendido como uma equipe ou profissional prestando serviços à um paciente em situação de vulnerabilidade e/ou fragilidade. Dessa forma, é necessário à equipe prestar um atendimento com atenção as individualidades de cada paciente como seu estado afetivo, cognitivo e psicomotor.

Palma e colaboradores (2013) avaliaram a saúde bucal de 148 indivíduos matriculados em uma escola especial no estado de Minas Gerais. Constataram que 98,6% dos indivíduos não faziam uso de prótese parcial removível, 10% possuía pelo menos um dente anterior fraturado, 37,6% apresentavam de um a três dentes cariados, 11,4% acima de três dentes cariados, casos de urgência que abrangem dor e cáries extensas foram identificados em 2,4% dos indivíduos avaliados, em 12% a doença periodontal estava presente, em 1,5% procedimentos de exodontia eram necessários e, por fim, 35,1% não apresentavam cárie aparente.

Em um estudo, realizado no sertão da Paraíba, Queiroz et al., (2014) realizaram exames clínicos em PNE e forneceram um formulário para que os responsáveis respondessem, contendo questões objetivas sobre história médica, odontológica e as dificuldades de manutenção de saúde bucal desses indivíduos. Eles concluíram que havia um elevado Índice de Dentes Cariados, Perdidos e Obturados (CPO-D: 12,6) e um deficiente índice de higiene oral, que somado às dificuldades relatadas pelos responsáveis de acompanhamento odontológico, apontam para a importância da implementação de políticas públicas de saúde para os mesmos.

A maioria dos pacientes é encaminhada à profissionais apresentando um grande comprometimento bucal, sendo muitas vezes necessárias intervenções invasivas como, por exemplo, a exodontia. Dessa forma, a complexidade do tratamento torna-se maior e o tratamento em nível hospitalar em muitos casos se faz necessário. Portanto, é preciso incentivos governamentais, públicos e privados na promoção de saúde bucal, como orientações de higiene oral e prevenção de doenças. Essas orientações devem ser passadas aos PNE desde a infância e também deverão ser transmitidas aos pais e/ou responsáveis, para que quando chegarem à fase adulta o índice de cárie e perdas de elementos dentários seja reduzido (JUNG, 2011).

De acordo com a portaria nº 599/GM/MS, os Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) são estabelecimentos de saúde que oferecem serviços especializados odontológicos para atendimento de, no mínimo, as seguintes atividades: diagnóstico bucal (com ênfase na detecção de câncer bucal); periodontia especializada; cirurgia oral menor; endodontia e atendimento a portadores de necessidades especiais (BRASIL, 2006). De acordo com o Departamento de Atenção Básica (DAB), do Ministério da Saúde, na Paraíba existem 77 CEOs distribuídos em 70 cidades. Porém, apenas 48 estão vinculados a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) (Brasil, [2016?]). Assim, pode-se observar que há muito ainda pra avançar quando o assunto é assistência odontológica ao PNE.

2.3 O ENSINO DA ODONTOLOGIA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Odontologia no Brasil determinam que o graduando seja capacitado para o atendimento em todos os níveis de atenção a saúde, recebendo uma formação generalista (BRASIL, 2002). Benefícios significativos para o processo de ensino-aprendizagem foram alcançados com a implementação das DCN, contribuindo efetivamente na formação acadêmica dos graduandos (TAKEMOTO; WERLANG; ZENI, 2015).

A Odontologia vem mostrando um grande avanço tecnológico em relação a técnicas e materiais, entretanto tem-se observado uma deficiência na formação de cirurgiões-dentistas no que diz respeito ao conhecimento de patologias e manejos do PNE. As grades curriculares das faculdades de Odontologia do Brasil, em sua

maioria, falham na abordagem e ensino generalista da saúde desses pacientes. Nesse cenário, os profissionais preferem encaminhá-los para outros colegas de profissão, ou mesmo realizar o atendimento sob anestesia geral, como uma forma de se tornar “livre do problema” (OLIVEIRA et al., 2015).

Os cursos de graduação na área de saúde enfrentam um grande desafio que é sair da proposta de ensino tradicional, centrado no diagnóstico e tratamento de doenças, para outro focado na promoção de saúde, prevenção de doenças e recuperação de pessoas. A atenção com o meio social deve ser uma realidade que deve estar presente na grade curricular do curso, pois dessa forma o futuro profissional terá uma visão integral de saúde. Integrar o acadêmico a vivência com o mundo de trabalho no Sistema Único de Saúde SUS foi uma das principais mudanças nos currículos (LAMERS et al., 2016)

A incorporação curricular e o relacionamento de aspectos éticos, técnico-científico e de humanização no processo de formação do cirurgião-dentista é um importante e atual desafio nos cursos de Odontologia (GUERRA et al., 2014).

O Conselho Federal de Odontologia (CFO) a partir da resolução 25/2002, regulamenta e estabelece as competências para profissionais especializados em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais. São competências dos profissionais: prestar atenção odontológica aos pacientes com distúrbios de comportamento ou emocional, pacientes incapacitados temporariamente ou definitivamente e pacientes que apresentem problemas de saúde sistêmicos com repercussão bucal e estruturas anexas (CFO, 2002).

Fassina (2006), em seu estudo, enviou um questionário aos coordenadores do curso de graduação em Odontologia de 175 faculdades de todo o Brasil, inscritas no CFO, com a finalidade de caracterizar a disciplina de PNE. Foi obtido um retorno de 55 (31,43%) cursos, sendo possível concluir que 31 (56,36%) faculdades possuíam o conteúdo na grade curricular. Em contrapartida, 24 (43,64%) não possuem menção específica em torno do assunto. Das 31 que possuíam a disciplina, 22 (70,97%) tinham de forma obrigatória, e 9 (29,03%) de forma optativa, todas eram teórico/clínica e apenas 2 (6,45%) apresentavam-se apenas com teoria. Mudanças vêm ocorrendo na formação acadêmica dos cursos de Odontologia nos últimos anos. Tais mudanças enfatizam a necessidade de ter um profissional egresso com uma postura de visualizar o paciente como um todo e possuindo compromissos éticos com a sociedade (MOTTA; GONÇALVES e LOPES, 2015).

Vainio, Krause e Inglehart (2011) realizaram uma pesquisa com 397 estudantes de Odontologia do centro-oeste dos Estados Unidos da América com a finalidade de analisar a percepção da educação de PNE durante a graduação e a satisfação desses alunos com esse ensino. Os resultados obtidos foram que grande parte dos estudantes consideraram importante o ensino sobre esse tema, no entanto, a sua satisfação com o ensino não foi igualmente positiva. Os autores concluíram que os estudantes de Odontologia estão muito interessados em aprender mais sobre o tema. Resultado semelhante ao encontrado no estudo de Santos e Hora (2012) que também observaram que os acadêmicos de Odontologia relataram a importância e necessidade em ter a disciplina de PNE sendo abordada durante a graduação e que a ministração desse tema é de elevada importância para o conhecimento do futuro profissional.

Dougall e colaboradores (2013), através de sua revisão de literatura, concluíram que há a necessidade de aumentar o contato dos alunos de Odontologia com o atendimento dos PNE com finalidade de passar mais conforto e confiança ao se formarem. É crucial que a disciplina de PNE seja incorporada ao currículo. Dessa forma, o aluno egresso será capaz de prestar atendimento odontológico de forma equitativa para todos os membros da comunidade no qual ele está inserido.

Yeaton et al. (2016) descreveram o baixo nível de confiança dos estudantes em prestar cuidados odontológicos de PNE devido a exposição clínica insuficiente durante a graduação, assim muitos cirurgiões-dentistas preferem não atendê-los seja em ambiente público ou privado, sendo preciso encaminhá-los para centros de referências, que, na sua grande maioria, encontram-se saturados. Com isso, torna-se indiscutível a necessidade da implantação da disciplina de OPNE e revela também a importância do contato dos alunos com esse tema (SANTOS; HORA, 2012).

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução CNE/CES 3/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 10.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002.pdf>> Acesso em: ago.2016.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.296, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: mar. 2017.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **CENSO DEMOGRAFÍCIO 2010 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AMOSTRA DA POPULAÇÃO. TAB. 1.3.1 -População Residente, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade-Brasil-2010.** Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_gregioes_xls.shtm> Acesso em: set. 2016

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **CENSO DEMOGRAFÍCIO 2010: RESULTADOS GERAIS DA AMOSTRA.**

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=resultgeramostra_censo2010> Acesso em: ago.2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **CIDADES QUE POSSUEM CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS-CEO.** [2016?]. Disponível em:

<http://dab.saude.gov.br/portaldab/mapa_centro_especialidades/CEO_PB.php>.

Acesso em: mar. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PORTARIA Nº 599 DE 23 DE MARÇO DE 2006.**

Define a implantação de Especialidades Odontológicas (CEOs) e de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPDs) e estabelecer critérios, normas e requisitos para seu credenciamento. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0599_23_03_2006.html>

Acesso em: set. 2016.

CAMPOS, C.C. et al. **MANUAL PRÁTICO PARA ATENDIMENTO**

ODONTOLÓGICO DE PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS. Goiânia,

GO: Universidade Federal de Goiás, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO). **Estabelece as áreas de competência para atuação dos especialistas em Disfunção Têmporo-**

Mandibular e Dor Orofacial; Odontogeriatrics; Odontologia do Trabalho;

Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais e em Ortopedia

Funcional dos Maxilares e dá outras providências. Resolução CFO-25/2002, de

16 de maio de 2002. Disponível em: <<http://cfo.org.br/servicos-e-consultas/ato-normativo/?id=375>> Acesso em: ago. 2016.

DOUGALL, A. et al. Guidance for the core content of a curriculum in special care dentistry at the undergraduate level. **Eur. J. Dent. Educ.**, v.18, n.2014, p.39-43, 2013.

FASSINA, A. P. **Análise das disciplinas de Paciente Portadores de**

Necessidades Especiais no Brasil em 2005. 2006. Tese (Mestrado em Ciências

Odontológicas) – Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, São

Paulo.

GUEDES-PINTO, A. C. **Odontopediatria**. 9 ed. São Paulo: Editora Santos, 2016.

GUERRA, C. T. et al. Reflexões sobre o conceito de atendimento humanizado em Odontologia. **Arch Health Invest**. v 3, n. 6, p. 31-36, 2014.

JUNG, L. S. **Serviços odontológicos oferecidos às crianças com Necessidades Especiais**. 2011. Tese (Especialidade em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LAMERS, J. M. S. et al. Mudanças curriculares na educação superior em Odontologia: inovação, resistências e avanços conquistados. **Rev. ABENO**, v.16, n.4, p.2-18, 2016.

MARRA, P. S.; MIASATO, J. M. A saúde bucal do paciente especial e sua relação com o nível sócio-econômico dos pais. **Rev. bras. odontol.**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p.27-30, jan./jun. 2008.

MONTEIRO, C. F. **Paciente Portador de Necessidades Especiais: uma abordagem básica para o atendimento odontológico**. 2002. Tese (Especialidade em Saúde Coletiva)- Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas.

MORETTO, M. J.; AGUIAR, S. M. H. C. A.; ALVES REZENDE, M. C. R. Reflexões sobre a importância da assistência odontológica preventiva e do adequado treinamento dos cirurgiões-dentistas para o atendimento de Pessoas com Deficiência. **Arch. Health Invest.**, v.3, n.3, p.58-64, 2014.

MOTTA, L. J.; GONÇALVES, P. E.; LOPES, M. C. Atenção Básica em Saúde Bucal: a experiência no curso de graduação. **ABCS Health Sci.**, v. 40, n. 3, p. 324-328, 2015.

MUGAYAR, L. R. F. **Pacientes portadores de necessidades especiais: manual de odontologia e saúde oral**. São Paulo: Pancast, 2000.

OLIVEIRA, J. S. et al. Promoção de saúde bucal e extensão universitária: novas perspectivas para Pacientes com Necessidades Especiais. **Rev. ABENO.**, v.15, n.1. p.63-69, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial Sobre a Deficiência.** Tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: EDPcD, 2012.

PALMA, A. B. O. et al. Necessidades Odontológicas, Fonoaudiológicas e Fisioterápicas: Atenção Integral à Pessoas com Deficiência. **Rev. bras. ciênc. saúde.**, v.11, n.37, p.8-16, 2013.

QUEIROZ, F. S. et al. Avaliação das condições de saúde bucal dos pacientes com necessidades especiais. **Rev. Odontol. UNESP**, v.43, n.6, p. 396-401, 2014.

ROCHA, L. L. **Acessibilidade das Pessoas com Deficiência aos serviços públicos odontológicos em Fortaleza-CE.** 2012. Tese (Mestrado em Saúde Pública) – UNIFOR, Universidade de Fortaleza.

SABBAGH-HADDAD, A. et al. **Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais.** São Paulo: Editora Santos, 2007.

SANTOS, M. F. S.; HORA, I. A. A. Atenção odontológica a pacientes especiais: atitudes e percepções de acadêmicos de odontologia. **Rev. ABENO**, v.12, n. 2, p. 207-212, 2012.

TAKEMOTO, M.; WERLANG, F.; ZENI, E. O legado das diretrizes curriculares nacionais no ensino odontológico. **Rev. Cient. Tecn.**, v.2, n.1, p.393-401, 2015.

VAINIO, L.; KRAUSE, M.; INGLEHART, M. R. Patients with Special Needs: Dental Students' Educational Experiences, Attitudes, and Behavior. **J. of Dent. Educat.**, vol.75, n. 1, p. 13-22, 2011.

YEATON, S. et al. Special care dentistry: how prepared are we? **Eur J Dent Educ.** v. 20, p. 9-13, 2016.

3 ARTIGO

CARACTERIZAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR: ODONTOLOGIA PARA PACIENTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS, NOS CURSOS DE ODONTOLOGIA DO ESTADO DA PARAÍBA

Characterization of the curricular componente: Dentistry for the Handcapped, in dentistry courses in the Paraíba state.

Elizandra Silva da Penha – Doutoranda em Ciências da Saúde – Faculdade de Medicina do ABC. (Vinculada a Universidade Federal de Campina Grande);

Danilo de Almeida Tenório – Acadêmico de Odontologia – UFCG. (Vinculado a Universidade Federal de Campina Grande);

Fátima Roneiva Alves Fonseca – Doutora em Odontopediatra – UNICSUL. (Vinculada a Universidade Federal de Campina Grande)

Gymenna Maria Tenório Guênes – Doutora em Odontologia – UPE/FOP (Vinculada a Universidade Federal de Campina Grande)

Erik Montagna – Doutor em Ciências Biológicas– (Vinculado ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina do ABC).

RESUMO

A regulamentação da especialização em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais surgiu através da resolução 25/2002 do Conselho Federal de Odontologia (CFO). De acordo com a lei nº 9.394/96 os cursos de graduação possuem autonomia didático-científica para estabelecer sua programação curricular. Dessa forma, a disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais (PNE) poderá ou não estar presente na matriz curricular dos cursos de Odontologia. O objetivo da pesquisa foi caracterizar a disciplina de PNE nos cursos de Odontologia do estado da Paraíba. Trata-se de um estudo transversal de abordagem quantitativa. Um formulário foi produzido e as informações foram coletadas através dos sites oficiais dos cursos. De 11 cursos, foi possível coletar informações de 9. Em 6 delas a disciplina estava presente e a nomenclatura variava de uma faculdade para outra. A oferta da disciplina foi obrigatória em 100% dos cursos e em 5 a apresentação era teórico/clinica, apenas 1 não constava informação. Dois cursos disponibilizavam a

disciplina no 8º e 9º semestre e a carga horária média de todas as disciplinas foi de 62,2h. Em 50% as disciplinas tinham conexão com outras e em 60% funcionavam de maneira independente. Concluindo que, na Paraíba, boa parte das faculdades oferecem a disciplina em sua grade curricular, porém ainda há algumas que estão atrasadas quando o assunto é inclusão dos PNE na Odontologia.

Descritores: Educação em Odontologia. Pessoas com Deficiência. Assistência Odontológica para Pessoas com Deficiência.

INTRODUÇÃO

São considerados Pacientes com Necessidades Especiais (PNE) indivíduos que possuem uma alteração ou condição, temporária ou definitiva, simples ou complexa, de origem física, mental, biológica, social ou de comportamento. Esses pacientes necessitam de uma abordagem diferenciada, seguindo um protocolo exclusivo para o seu atendimento¹.

A Odontologia por ser uma ciência que aborda diversas áreas de atuação, apresenta um ensino que conseqüentemente torna-se complexo. O desenvolvimento das habilidades dos graduandos deve estar em sinergia com os métodos educativos, proporcionando a formação generalista, humanista e ética, permitindo o futuro cirurgião-dentista atuar em todos os níveis de atenção a saúde. Dessa forma, é papel do professor, durante o ensino da Odontologia, orientar o aluno a sempre estar buscando conhecimentos teóricos para que o mesmo possa realizar uma boa prática clínica tornando-o capaz de cumprir sua função social frente ao atendimento humanizado, sem privilégios ou qualquer tipo de discriminação².

A lei de nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, no seu artigo 53, assegura que as Instituições de Ensino Superior (IES), incluindo a graduação em Odontologia, estabeleçam a programação curricular de cada curso, garantindo a sua autonomia didático-científica³. Porém, a resolução 3 estabelecida pela Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação(CNE) no seu artigo 6º determina os conteúdos essenciais a serem abordados durante a graduação em Odontologia. Entretanto, o tema relacionado à pacientes especiais não é citado. Sendo assim, cabe ao curso optar em ter ou não essa disciplina em sua grade curricular⁴.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo demográfico de 2010 mostrou que no total de 3.766.528 residentes na Paraíba, cerca de 1.045.962 (27,7%) da população possui pelo menos um tipo de deficiência permanente, seja ela visual, auditiva, motora ou mental/intelectual⁵. Apesar da demanda elevada, o tratamento de Pacientes Especiais ainda é considerado um desafio pela pouca quantidade de profissionais habilitados tanto no serviço público como no privado, por questões socioeconômicas e a falta da interação da equipe médica que acompanha o paciente e a equipe odontológica. Conseqüentemente, por esses motivos, o estado de saúde bucal desses pacientes torna-se bastante agravado⁶.

Um estudo realizado com estudantes do último ano do curso de Odontologia de duas universidades do estado de Sergipe revelou que os acadêmicos relataram a importância e necessidade em ter a disciplina de PNE sendo abordada durante a graduação e que a ministração desse tema é de elevada importância para o conhecimento do futuro profissional. Observou-se também um grande interesse dos graduandos em estudar mais sobre esses pacientes⁷.

Frente ao apresentado e a necessidade das universidades formarem cirurgiões-dentistas generalistas, humanistas e que estejam preparados para atender sem discriminação ou privilégios, este trabalho visa pesquisar cursos de Odontologia da Paraíba, tanto os privados quanto os públicos, no tocante a caracterização da disciplina de PNE, verificando inclusive se há oferta ou não na grade curricular.

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata de um estudo transversal com abordagem quantitativa. Pelo não envolvimento de seres humanos e pelo material ser considerado de domínio público, não houve a necessidade de submissão ao comitê de ética.

Como critério de inclusão, foram considerados na pesquisa todos os cursos de Odontologia do estado da Paraíba. Em contrapartida, houve a exclusão daqueles que no momento da pesquisa não possuíam um site oficial ou qualquer outro meio de comunicação virtual ou que não estava em funcionamento por quaisquer motivos.

Também foram eliminados aqueles que não continham a grade curricular de maneira completa disponível na rede mundial de computadores.

Coletaram-se informações dos cursos de graduação em Odontologia do estado da Paraíba na base de dados oficial e única de informações relativas às Instituições de Educação Superior (IES), na rede mundial de computadores através do seu endereço eletrônico (www.emec.mec.gov.br).

A partir dessa relação, os dados foram coletados nos endereços eletrônicos das IES que possuem o curso de Odontologia. Foi realizada uma busca pela grade curricular do curso e, após sua localização, armazenada através de download.

Um formulário foi criado com intuito de facilitar a coleta das informações, contendo dados sobre qual IES pertencia, se a instituição era pública ou privada e se havia ou não a oferta da disciplina de PNE. Caso fosse ofertada, preencheram-se as seguintes perguntas com finalidade de caracterizá-la: a nomenclatura; apresentação teórica, clínica ou teórico/clínica; em que semestre é disponibilizada; maneira como é ofertada (se optativa ou obrigatória); quantas horas possuem; se está conexas à outra disciplina e se funciona de maneira independente.

Os dados foram montados e tabulados utilizando o programa Microsoft® Excel versão 2010, sendo apresentados em tabela e quadro e analisados através de estatísticas descritivas.

RESULTADOS

A Paraíba possui 10 faculdades e/ou universidades que possuem o curso de Odontologia na graduação, sendo que em uma universidade existe o curso em duas cidades distintas. Dessa forma, na Paraíba, há 11 cursos de graduação em Odontologia. Desse total, 2 grades curriculares foram descartadas do estudo quando aplicados os critérios de exclusão (uma não encontrava-se no site oficial da universidade e outra apresentava-se de forma incompleta). Assim, 9 (82% da amostra) grades curriculares foram verificadas.

Dos cursos analisados, observou-se que 5 (56%) eram de IES privadas e que 4(44%) eram públicas. Em apenas 6 (67%) cursos a disciplina de PNE estava ofertada (Tabela 1).

Tabela 1

Das que possuem a disciplina na grade curricular, 5 (83%) eram privados e apenas 1 (17%) público. Quando analisada a nomenclatura, os resultados mostraram que a mesma mudava de acordo com cada faculdade e que em 3 cursos de Odontologia haviam 2 disciplinas de PNE em sua matriz curricular. Dessa forma, foram contabilizadas 9 disciplinas. Referente à disciplina ser teórica ou teórica/clínica, em 5 (83%) cursos a oferta era teórica/clínica e 1 (17%) não constava a informação. Em 2 instituições a disciplina é disponibilizada no 8º e 9º semestres, em uma faculdade há a oferta de duas disciplinas no 8º semestre. (Quadro 1).

Quadro 1

Quanto a apresentação ser obrigatória ou optativa, todos os 6 (100%) cursos que ofertam a disciplina em sua grade curricular, o fazem de maneira obrigatória. A carga horária variou; teve o máximo de 100h e o mínimo de 30h, possuindo uma média de 62,2 h.

Os últimos questionamentos eram se a disciplina era conexa a outra e os resultados mostraram que 3 cursos (50%) tinham disciplinas conexas. Quanto a dependência ou não das disciplinas, 2 (40%) dos cursos apresentaram dependência de outras disciplinas e 4 (60%) funcionavam de maneira independente. Vale esclarecer que em um curso a disciplina era conexa à outra, entretanto funcionavam de maneira independente e eram ofertadas no mesmo semestre.

DISCUSSÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Odontologia no Brasil determinam que o graduando seja capacitado para o atendimento em todos os níveis de atenção a saúde, recebendo uma formação generalista. Sendo assim, é necessário que o cirurgião-dentista tenha o conhecimento para atender as necessidades dos seus pacientes, independente de suas particularidades^{4,8}.

A Organização Mundial de Saúde relatou que cerca de um bilhão de pessoas, equivalente a 15% da população mundial, possuem algum tipo de necessidade especial⁹. Existe uma deficiência em escala global na prestação de serviços

odontológicos aos PNE, podemos observar isso com a ausência de dados sobre a saúde bucal desse grupo de pacientes na Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – Projeto SBBrazil 2010. Já que um dos objetivos do projeto é diagnosticar a saúde bucal da população brasileira, essas informações seriam essenciais para obtermos um panorama das condições de saúde bucal dessa parcela da população^{10,11}. A abordagem precoce ao aparecimento de problemas bucais nos PNE é fator determinante para uma melhoria na qualidade de vida desses pacientes. Medidas de prevenção e promoção de saúde bucal, muitas vezes realizada por alunos e profissionais da área, como orientações sobre alimentação e higiene oral, transmitidas para os pacientes, responsáveis e/ou cuidadores, auxiliam na conquista deste objetivo.

Mudanças vêm ocorrendo na formação acadêmica dos cursos de Odontologia nos últimos anos. Tais mudanças enfatizam a necessidade de ter no mercado de trabalho um profissional com uma postura de visualizar o paciente como um todo, que possua compromissos éticos com a sociedade¹². Desta forma, é essencial que alunos e cirurgiões-dentistas estejam preparados para o cuidado dos PNE, para que mitos existentes sejam esclarecidos, pois em qualquer etapa da vida profissional poderá ser necessário um contato com algum paciente classificado nesse grupo^{8,10}. Estudar se a disciplina está sendo ofertada e caracterizá-la é de fundamental importância para ter um diagnóstico de como o ensino dessa especialidade está sendo abordada nos cursos de Odontologia atualmente.

Em um estudo realizado em 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 59 docentes do curso de Odontologia responderam a um questionário contemplando os seguintes aspectos: perfil docente; sobre a reestruturação curricular; sobre o curso de Odontologia; sobre a prática docente e desafios/sugestões e o mesmo revelou que os professores já vêm percebendo algumas diferenças ocorridas através da reformulação da grade curricular. Foi possível observar uma melhora na integração de diversas especialidades, estudantes mais humanizados e metodologias de ensino mais efetivas que permitem espaço para discussões, bem como melhorias no atendimento aos pacientes¹³.

Como já mencionado, a lei federal de nº 9.394 assegura que as IES possuam sua autonomia didático-científica, assim, fica a critério da faculdade ter ou não a disciplina de PNE em sua grade curricular, pois as DCNs não consideram esse um conteúdo essencial da graduação em Odontologia, aos nosso entendimento essas

DCNs deveriam ser atualizadas pois a mesma segue sem alterações desde 2002. Porém, desde que a especialidade de Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (OPNE) foi reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia, há um aumento no número dos cursos de graduação que a possuem no Brasil^{3,4,14}.

Na Paraíba, os resultados mostram que das 9 grades curriculares analisadas, em 3 a disciplina estava ausente, o que torna um número bastante expressivo quando pensamos na quantidade de profissionais que se formam anualmente sem o preparo necessário, visto que é essencial que os alunos sejam expostos à OPNE para que sejam capazes de prestar atendimento odontológico de forma equitativa para todos os membros da comunidade no qual ele está inserido¹⁵.

Quando pesquisado sobre a nomenclatura, contatou-se que a mesma variou em cada faculdade. Um estudo, no qual avaliou as disciplinas de PNE no Brasil em 2005, mostrou que a nomenclatura mais comum era “Pacientes Especiais” seguido de “Odontologia para Pacientes Especiais”. Neste mesmo estudo quando questionado a obrigatoriedade da disciplina no currículo, 70,97% das faculdades do Brasil possuíam a disciplina de maneira obrigatória, resultado que corroborou com o presente estudo, pois em 100% das faculdades que possuem a disciplina de PNE no estado da Paraíba as mesmas são ofertadas de maneira obrigatória¹⁴.

Em nosso estudo observamos que, das 6 faculdades que possuem a disciplina em sua grade curricular, 5 ofertavam de maneira teórico/clínica e 1 não constava a informação. Essa metodologia de ensino, que integra a teoria com a prática, possibilita ao discente ampliar seus conhecimentos quando expostos a situações de trabalhos condizentes com a realidade da comunidade e do serviço trazendo benefícios ao estudante que se tornará um profissional de saúde mais qualificado, eficiente e humanizado^{12, 16}.

A dificuldade encontrada durante o estudo foi a não disponibilização da grade curricular no site oficial ou a mesma estar de forma incompleta. Essa ferramenta deveria ser de fácil acesso a todos os alunos ou pessoas que se interessassem em conhecer os conteúdos abordados nos cursos, pois dessa maneira poderiam escolher a faculdade que gostariam de estudar de acordo com as disciplinas que são ofertadas. Observamos também que não há um currículo padrão que uniformize as universidades e os cursos, o que acabou dificultando o nosso trabalho.

CONCLUSÃO

Os cursos de graduação em Odontologia do estado da Paraíba possuem, na sua maioria, a disciplina de PNE em sua grade curricular. Não existe uma padronização quanto a nomenclatura, carga horária e período em que a mesma é ofertada.

ABSTRACT

The regulation of the specialization in Dentistry for the Handicapped emerged through resolution 25/2002 of the Federal Dentistry Council. According to law 9.394/96, undergraduate courses has a didactic-scientific autonomy to establish their curricular programming. Thus, the discipline of Dentistry for the Handicapped may or not be present in the curricular grade of Dentistry courses. The objective of the research was to characterize the discipline of Dentistry for the Handicapped in courses of the State of Paraíba. This is a cross-sectional quantitative study. A form was produced and information was collected through the official courses website. Of the total 11 courses, it was possible to collect information from 9 upper-level schools. In six of them the discipline was present and the nomenclature varied from one faculty to another. The offer of the course was compulsory in 100% of the courses and in 5 the presentation was theory/ clinical, and in only 1 did not include information. Two courses provided the discipline in the 8th and 9th semester and the average time load of all subjects was 62.2h. In 50% the subjects had connections with others and in 60% they worked independently. It was possible to conclude that, in Paraíba, most of the faculties offer the discipline in them curriculum, but there are still some that need to include the Handicapped discipline in them undergraduate courses in Dentistry.

Key-Words: Education, Dental. Handicapped. Dental Care for Handicapped.

REFERÊNCIAS

1. Campos CC, Frazão BB, Saddi GL, Morais LA, Ferreira MG, Setúbal PCO, et al. Manual prático para o atendimento odontológico de Pacientes Com Necessidades Especiais. 2 ed. Goiás: Universidade Federal de Goiás; 2009.
2. Takemoto M, Werlang F, Zeni E. O legado das Diretrizes Curriculares Nacionais no ensino odontológico. Rev. Cient. Tecn. 2015;2(1):393-401.
3. Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União. Seção I, p. 27834-27841.
4. Brasil. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CES 3/2002. Brasília: Diário Oficial da União. Seção I, p.10. [Acesso em 15 ago. 2016]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002.pdf>.
5. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE). Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra. [Acesso em 15 ago. 2016]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=resultgeramostra_cens_o2010.
6. Marra OS, Miasato JM. A saúde bucal do paciente especial e sua relação com o nível sócio-econômico dos pais. Rev. bras. odontol. 2008;65(1):37-30.
7. Santos MFS, Hora IAA. Atenção odontológica a pacientes especiais: atitudes e percepções de acadêmicos de odontologia. Rev. ABENO. 2012;12(2):207-212.
8. Gomes MJ, Caxias FP, Margon CD, Rosa RG, Carvalho RB. A percepção dos docentes do curso de odontologia da UFES em relação à necessidade de inclusão da disciplina denominada "Atendimento odontológico a Pacientes Portadores de Necessidades Especiais. Rev. bras. pesqui. saúde. 2009;11(1):33-39.
9. World Health Organization. World report on disability. Geneva: World Health Organization, 2011.
10. Yeaton S, Moorthy A, Rice J, Coghlan D, O'Dwyer L, et al. Special care dentistry: how prepared are we? Eur. J. Dent. Educ. 2016;20:9-13.
11. Brasil. Ministério da Saúde. SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: resultados principais. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. [Acesso em 22 de mar.

2017].

Disponível

em:

http://dab.saude.gov.br/CNSB/sbbrasil/arquivos/projeto_sb2010_relatorio_final.pdf.

12. Motta LJ, Gonçalves PE, Lopes MC. Atenção Básica em Saúde Bucal: a experiência no curso de graduação. ABCS Health Sci. 2015;40(3):324-328,.

13. Lamers JMS, Baumgarten A, Bitencourt FV, Toassi RFC. Mudanças curriculares na educação superior em odontologia: inovação, resistências e avanços conquistados. Rev. ABENO. 2016;16(4):2-18.

14. Fassina AP. Analysis of Disciplines Concerning Handicapped Patients at Brazilian Colleges in 2005 [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Odontologia da USP; 2005.

15. Dougall A, Thompson SA, Faulks D, Ting G, Nunn J. Guidance for the core of a curriculum in Special Care Dentistry at the undergraduate level. Eur. J. Dent. Educ. 2013;18(2014):39-43.

16. Mafi A, Moretto C, Teixeira MFN, Saldanha OMFL, Rados ARV. A interdisciplinariedade e seus reflexos na formação do cirurgião-dentista. Rev. ABENO. 2017;17(1):62-73.

Correspondência para:

Elizandra Silva da Penha

E-mail: elizandrapenha@hotmail.com

Endereço: Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Saúde e Tecnologia Rural. Av. dos Universitários, s/n, Rodovia Patos/Teixeira, Km1 – Jatobá. CEP: 58700-970 - Patos, PB – Brasil. Telefone: (83) 35113045

Tabela 1

Tabela 1. Distribuição da presença da disciplina de PNE nos cursos de Odontologia no estado da Paraíba em 2016.

INSTITUIÇÃO	PRESENTE / AUSENTE
PRIVADA	PRESENTE
PRIVADA	PRESENTE
PRIVADA	PRESENTE
PRIVADA	PRESENTE
PRIVADA	PRESENTE
PÚBLICA	PRESENTE
PÚBLICA	AUSENTE
PÚBLICA	AUSENTE
PÚBLICA	AUSENTE

Quadro 1

Quadro 1. Distribuição da nomenclatura, maneira que é ofertada e em qual semestre estão disponíveis as disciplinas de PNE nas faculdades de Odontologia no estado da Paraíba em 2016.

INTITUIÇÃO	NOMENCLATURA	TEO/CLIN/TEO+CLIN	SEMESTRE OFERTADA
PRIVADO	Pacientes Especiais	Teo+Clin	S9
PRIVADO	Noções básicas de Gerontologia e Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais ^A	Teo ^A	S8 ^A
	Estágio Supervisionado V ^B	Clin ^B	S9 ^B
PRIVADO	Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais ^C	Teo ^C	S8 ^C
	Clínica Infantil + PNE ^D	Clin ^D	S8 ^D
PRIVADO	Clínica de atenção ao paciente sistemicamente comprometido	NCI	S10
PRIVADO	Odontologia Especial	Teo+Clin	S7
PÚBLICO	Pacientes com Necessidades Especiais ^E	Teo ^E	S8 ^E
	Clínica de Pacientes com Necessidades Especiais ^F	Clin ^F	S9 ^F

*Teo-Teórico/ Clin-Clínica/ NCI- Não Consta Informação/ S-Semestre.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo e caracterização do componente curricular Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais é de fundamental importância, pois a partir desses dados um panorama de como a disciplina é ofertada no estado da Paraíba e o impacto que ela causa no futuro profissional dos graduandos. Os cursos de Odontologia não podem fechar os olhos para essa realidade de muitos brasileiros, é necessário que os cirurgiões-dentistas estejam preparados para o atendimento dos PNE, pois a qualquer momento da vida profissional pode ser necessário prestar serviços odontológicos aos pacientes incluídos nesse grupo.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO

Universidade/Faculdade: _____

Público () Privado ()

1 A disciplina de Pacientes Com Necessidades Especiais está presente na grade curricular?

() SIM () NÃO

2 Qual a nomenclatura da disciplina?

3 Qual a apresentação da disciplina?

() TEÓRICA () CLÍNICA () TEÓRICO/CLÍNICA

4 Em qual semestre é ofertada?

5 De qual maneira a disciplina é ofertada no currículo?

() OPTATIVA () OBRIGATÓRIA

6 Qual a carga horária da disciplina?

7 A disciplina está conexas à outra disciplina?

() SIM

() NÃO

8 A disciplina funciona de maneira independente?

() SIM

() NÃO

ANEXO A – DESCRIÇÃO DO ESTILO DE FORMATAÇÃO DA REVISTA ABENO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Missão - A Revista da ABENO - Associação Brasileira de Ensino Odontológico é uma publicação quadrimestral que tem como missão primordial contribuir para a obtenção de indicadores de qualidade do ensino Odontológico, respeitando os desejos de formação discente e capacitação docente, com vistas a assegurar o contínuo progresso da formação profissional e produzir benefícios diretamente voltados para a coletividade. Visa também produzir junto aos especialistas a reflexão e análise crítica dos assuntos da área em nível local, regional, nacional e internacional.

2 INSTRUÇÕES NORMATIVAS GERAIS

Originais - Os originais deverão ser redigidos em português ou inglês e digitados na fonte Arial tamanho 12, em página tamanho A4, com espaço 1,5 e margem de 3 cm de cada um dos lados, perfazendo o total de no máximo 17 páginas, incluindo quadros, tabelas e ilustrações (gráficos, desenhos, esquemas, fotografias etc.) ou no máximo 25.000 caracteres contando os espaços.

Ilustrações - As ilustrações (gráficos, desenhos, esquemas, fotografias etc.) deverão ser limitadas ao mínimo indispensável, apresentadas em páginas separadas e numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. As respectivas legendas deverão ser concisas e localizadas abaixo e precedidas da numeração correspondente. Nas tabelas e nos quadros a legenda deverá ser colocada na parte superior. As fotografias deverão ser fornecidas em mídia digital, em formato tif ou jpg, tamanho 10 x 15 cm, em no mínimo 300 dpi. Não serão aceitas fotografias em Word ou Power Point. Deverão ser indicados os locais no texto para inserção das ilustrações e de suas citações.

Encaminhamento de originais – Solicita-se o encaminhamento dos originais de acordo com as especificações descritas em <http://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/>. A submissão on-line é simples e segura.

3 A ESTRUTURA DO ORIGINAL

3.1. Cabeçalho: Quando os artigos forem em português, colocar título em português e inglês; quando os artigos forem em inglês, colocar título em inglês e português. O título deve ser breve e indicativo da exata finalidade do trabalho.

3.2. Autores: Indicação de apenas um título universitário e/ou uma vinculação à instituição de ensino ou pesquisa que indique a sua autoridade em relação ao assunto.

3.3. Resumo: Representa a condensação do conteúdo, expondo metodologia, resultados e conclusões, não excedendo 250 palavras e em um único parágrafo.

3.4. **Descritores:** Palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo. Para sua determinação, consultar a lista de “Descritores em Ciências da Saúde - DeCS” (<http://decs.bvs.br>) (no máximo 5).

3.5. **Texto:** Deverá seguir, dentro do possível, a seguinte estrutura:

a) **Introdução:** deve apresentar com clareza o objetivo do trabalho e sua relação com os outros trabalhos na mesma linha ou área. Extensas revisões de literatura devem ser evitadas e quando possível substituídas por referências aos trabalhos mais recentes, onde certos aspectos e revisões já tenham sido apresentados. Lembre-se que trabalhos e resumos de teses devem sofrer modificações de forma a se apresentarem adequadamente para a publicação na Revista, seguindo-se rigorosamente as normas aqui publicadas.

b) **Material e métodos:** a descrição dos métodos usados deve ser suficientemente clara para possibilitar a perfeita compreensão e repetição do trabalho, não sendo extensa. Técnicas já publicadas, a menos que tenham sido modificadas, devem ser apenas citadas (obrigatoriamente).

c) **Resultados:** deverão ser apresentados com o mínimo possível de discussão ou interpretação pessoal, acompanhados de tabelas e/ou material ilustrativo adequado, quando necessário. Dados estatísticos devem ser submetidos a análises apropriadas.

d) **Discussão:** deve ser restrita ao significado dos dados obtidos, resultados alcançados, relação do conhecimento já existente, sendo evitadas hipóteses não fundamentadas nos resultados.

e) **Conclusões:** devem estar baseadas no próprio texto.

f) **Agradecimentos** (quando houver).

3.6 **Abstract:** Resumo do texto em inglês. Sua redação deve ser paralela à do resumo em português.

3.7 **Descriptors:** Versão dos descritores para o inglês. Para sua determinação, consultar a lista de “Descritores em Ciências da Saúde - DeCS” (<http://decs.bvs.br>) (no máximo 5).

3.8 **Referências:** Devem ser normatizadas de acordo com o Estilo Vancouver, conforme orientações publicadas no site da “National Library of Medicine” (http://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform_requirements.html). Para as citações no corpo do texto deve-se utilizar o sistema numérico, no qual são indicados no texto somente os números-índices na forma sobrescrita. A citação de nomes de autores só é permitida quando estritamente necessária e deve ser acompanhada de número-índice e ano de publicação entre parênteses. Todas as citações devem ser acompanhadas de sua referência completa e todas as referências devem estar citadas no corpo do texto. As abreviaturas dos títulos dos periódicos deverão estar de acordo com o List of Journals Indexed in Index Medicus (<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/entrez/query.fcgi?db=journals>). A lista de referências deve seguir a ordem em que as mesmas são citadas no texto. A exatidão das referências é de responsabilidade dos autores.

3.9 **Autor correspondente,** com e-mail e endereço.